

SUMÁRIO EXECUTIVO

Aumentar o acesso ao saneamento e à água potável traz grandes vantagens ao desenvolvimento de cada país através de melhorias nos resultados da saúde e na economia. Segundo relatórios recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS), o impacto das doenças diarreicas nas crianças é superior ao impacto combinado do vírus da imunodeficiência humana / síndrome da imunodeficiência adquirida (VIH/SIDA), tuberculose e malária; também sabemos que a melhoria do saneamento e do abastecimento de água potável poderia reduzir cerca de 90% as doenças diarreicas. As estimativas mais recentes indicam que a melhoria do saneamento e do abastecimento de água potável poderia reduzir em 2,2 milhões o número de crianças que morrem todos os anos. É possível, portanto, fazer enormes poupanças nos gastos com cuidados de saúde e reduzir as faltas ao trabalho por doença, melhorando o acesso à água potável limpa e ao saneamento básico. Da mesma forma, investir no saneamento e na água potável produz benefícios económicos muito elevados que, segundo estimativas do Banco Mundial, rondam em média 2% do produto interno bruto (PIB), chegando a ultrapassar os 7% no contexto específico de alguns países. Contudo, a situação actual referida no relatório recentemente publicado pelo Programa Conjunto da OMS/UNICEF para a Monitorização do Saneamento e da Água Potável (JMP) — mais de 2,6 mil milhões de pessoas sem saneamento melhorado e perto de 900 milhões sem fontes melhoradas de água potável — é certamente inaceitável.

Recomendação nº 1

Que os países em desenvolvimento e as agências de apoio externo demonstrem um maior empenho político para com o saneamento e a água potável, dado o seu papel central no desenvolvimento económico e humano.

Apesar das vantagens claras para o desenvolvimento humano, muitos países parecem atribuir recursos insuficientes para atingir a meta para o saneamento e a água potável dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Em comparação com outros sectores, particularmente os outros grandes sectores sociais — a educação e a saúde — o saneamento e a água potável têm uma prioridade relativamente baixa, tanto na Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) como nas atribuições financeiras Nacionais. A ajuda pública total, para todas as áreas do sector das águas, conforme as contas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), desceu de 8% para 5% do total da APD entre 1997 e 2008. Durante o mesmo período, a APD para a saúde aumentou de 7% para 12%, enquanto que para a educação o nível manteve-se nos 7%.

Adicionalmente, nem os recursos nacionais nem os da ajuda externa para o saneamento e a água potável são necessariamente destinados aqueles com maiores necessidades (por exemplo, as populações mais pobres e excluídas). Além disso, menos de metade do financiamento das agências de apoio externo para a água e o saneamento vai para os países de baixo rendimento, e uma pequena proporção destes fundos é dirigida para serviços básicos, onde teria o maior impacto para atingir a meta dos ODM.

Recomendação nº 2

Que as agências de apoio externo e os países em desenvolvimento ponderem rectificar a afectação dos recursos com vista a acelerar o progresso rumo ao cumprimento da meta do saneamento e da água potável dos ODM.

Embora quase todos os países analisados tenham políticas claramente definidas para a água potável em meio urbano e rural, nem sempre é esse o caso com o saneamento. Políticas bem estabelecidas, aliadas a instituições eficazes, são importantes para otimizar a prestação de serviços. A definição clara dos papéis e responsabilidades das diferentes instituições envolvidas no saneamento e na água potável é também importante para se avançar progressivamente. Apesar de muitos países estarem a reforçar os planos para atingirem a meta do saneamento e da água potável dos ODM, para se conseguir cumprir essa meta globalmente e em todas regiões, é necessário que os planos sejam implementados com muito mais celeridade.



Apesar da informação sobre os gastos e as atribuições orçamentais nem sempre estar disponível, especialmente ao nível sub-nacional, a percepção geral é a de que alguns países não conseguem absorver o actual nível da ajuda pública para o saneamento e/ou a água potável. Isto necessita de ser corrigido se queremos persuadir os doadores a contribuírem mais para estes países, que são geralmente os que têm mais necessidades. O financiamento dos doadores, no entanto, está a tornar-se mais previsível, com mais projectos e programas a serem financiados a longo prazo. As necessidades em termos de recursos humanos devem ser também tidas em conta, tanto pelas agências de apoio externo como pelos países em desenvolvimento, uma vez que as melhorias necessárias levarão provavelmente bastante tempo.

Os gastos correntes, calculados como percentagem dos gastos totais com o saneamento e a água potável, variam consideravelmente de um país para outro. Há também grandes variações na proporção dos gastos correntes atribuídos ao pagamento de salários e outras despesas tais como a substituição de peças e despesas de funcionamento essenciais (i.e. combustível, electricidade e transportes).

Os doadores estão a aumentar a coordenação entre si, o que é importante tendo em conta o grande número de doadores que operam nalguns países beneficiários. No entanto, os países em desenvolvimento devem reforçar a contribuição dos vários intervenientes no planeamento, orçamento, implementação e monitorização. A desvinculação da ajuda pública está também a aumentar, e notam-se progressos na harmonização e conformidade dos doadores com os processos governamentais. Um fenómeno relativamente novo é o facto de os doadores fazerem cada vez mais compromissos financeiros para aumentar a taxa de cobertura da água e saneamento e parecerem tornar estes compromissos em desembolsos efectivos.

O grande número de iniciativas e parcerias nacionais e das agências de apoio externo reflecte um sector muito complexo. A nova iniciativa “Saneamento e Água para Todos: Um Quadro Global de Acção” tenta reforçar a arquitectura internacional e fortalecer o compromisso político para com a água e o saneamento, dado que tal é visto por muitos parceiros do desenvolvimento como um dos maiores obstáculos ao progresso rumo à meta dos ODM.

Este relatório, com um grande número de dados e de análise sobre o saneamento e a água potável, constitui um recurso que pode ser usado no reforço de políticas e no apoio aos decisores.

Recomendação nº 3

Que os países em desenvolvimento e as agências de apoio externo reforcem os sistemas nacionais e sub-nacionais de planeamento, implementação e monitorização da prestação de serviços de saneamento e água potável, especialmente às populações excluídas.

Recomendação nº 4

Que todos os intervenientes colaborem em parceria para apoiar o desenvolvimento e a implementação de planos nacionais de saneamento e água potável, com as suas competências e recursos particulares e em conformidade com os sistemas nacionais.